



# **MOBILIDADE LABORAL NA REGIÃO CENTRO 2004-2008**

**2010**

# MOBILIDADE LABORAL NA REGIÃO CENTRO 2004-2008



Alexandra Gomes  
alexandra.gomes@ccdr.pt

Vanessa Almeida  
vanessa.almeida@ccdr.pt

*Direção de Serviços de Desenvolvimento  
Regional  
Divisão de Planeamento e Avaliação*

## ÍNDICE

1. Introdução	02
2. Notas Metodológicas	03
3. Formas de Mobilidade Laboral	04
4. Mobilidade dos Trabalhadores por Conta de Outrem	06
4.1 Os Trabalhadores por Conta de Outrem na Região Centro	06
4.2 Mobilidade Institucional dos Trabalhadores	09
4.3 Mobilidade Geográfica dos Trabalhadores	16
5. Considerações Finais	28
6. Bibliografia	29

# **MOBILIDADE LABORAL NA REGIÃO CENTRO 2004-2008**

## **1. INTRODUÇÃO**

A mobilidade laboral é um mecanismo de ajustamento da economia, com impacte potencialmente positivo na redução do desemprego e no aumento da empregabilidade. Quando a procura e a oferta de trabalho em determinada região ou actividade não coincidem, a movimentação de mão-de-obra permitirá que o equilíbrio seja reposto, satisfazendo-se as necessidades das empresas (que carecem de força de trabalho) e simultaneamente dos trabalhadores (que deixam de estar numa situação de desemprego ou mudam para um posto de trabalho mais atractivo). No entanto, para além dos efeitos sobre o mercado de trabalho, a mobilidade laboral pode ter impactes mais ou menos profundos na estrutura dos territórios (nomeadamente nas componentes demográfica, social, económica, ambiental, etc.) e nos seus níveis de desenvolvimento. Fluxos de mão-de-obra significativos, podem implicar, entre outros aspectos, alterações na estrutura da população e nos seus níveis de crescimento, no mercado imobiliário, nas deslocações pendulares, no sistema de transportes e infra-estruturas viárias, no ordenamento do território, na configuração social dos espaços e no próprio grau de coesão dos territórios.

Em Portugal, a mobilidade laboral inter-regional processou-se de forma diferente nos diversos períodos de tempo. Ao longo de décadas (sobretudo desde a década de 50 até meados dos anos 70), a mobilidade laboral contribuiu para a desertificação das regiões do interior e conseqüente concentração da população nas regiões mais urbanas do litoral, agravando as disparidades regionais existentes. No entanto, hoje em dia a mobilidade laboral inter-regional portuguesa é muito diferente do que foi no passado. A anterior situação laboral contribuiu para a condução de políticas públicas no sentido de conter o êxodo ocorrido e reduzir as disparidades regionais, assistindo-se, actualmente, a um declínio generalizado dos fluxos de mobilidade inter-regionais e a uma maior tendência para o reequilíbrio territorial, com pólos de atracção em regiões do interior e do litoral e com diversos territórios a apresentarem movimentos de troca (pois os fluxos já não revelam apenas um único sentido).

Do exposto conclui-se pela relevância e actualidade do tema, sendo importante identificar e quantificar a mobilidade laboral nas suas múltiplas perspectivas, objectivo do estudo proposto. O presente trabalho pretende, assim, analisar a mobilidade dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro e as principais dinâmicas intra-regionais, no período

2004 a 2008. A mobilidade dos trabalhadores restringe-se ao território nacional e foi avaliada numa dupla perspectiva: institucional, correspondendo a uma alteração do empregador e/ou do estabelecimento, e geográfica, correspondendo a uma mudança no local de trabalho (podendo, neste caso ter havido ou não mudança de empregador).

## 2. NOTAS METODOLÓGICAS

A análise da mobilidade dos trabalhadores por conta de outrem<sup>1</sup> na Região Centro, para o período 2004 a 2008, teve por base a informação do Sistema de Informação Longitudinal de Empresas, Estabelecimentos e Trabalhadores (SILEET), conjunto de dados administrativos apurados a partir dos quadros de pessoal recolhidos pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). Anualmente, as pessoas singulares ou colectivas com pelo menos um trabalhador ao serviço<sup>2</sup> são legalmente obrigadas a reportar informações caracterizadoras das empresas e respectivos estabelecimentos (como, por exemplo, localização, actividade económica, volume de negócios, capital social e sua decomposição, número de pessoas ao serviço, entre outras), assim como sobre os seus colaboradores (como, por exemplo, sexo, idade, habilitações literárias, categoria profissional, remunerações, horas trabalhadas, etc.). Desta forma, a informação extraída desta fonte administrativa, correspondendo a uma quase cobertura do tecido das empresas e estabelecimentos portugueses, permite uma caracterização bastante fidedigna do emprego na economia portuguesa. No entanto, pelo facto de serem apenas admitidos os trabalhadores com números de beneficiário da segurança social validados pelo Instituto de Informática, IP (MTSS), os trabalhadores por conta de outrem presentes no SILEET não correspondem à totalidade de trabalhadores constantes nos Quadros de Pessoal (para o período 2004 a 2008, os trabalhadores que integravam o SILEET representavam em média cerca de 93% do total dos Quadros de Pessoal, ascendendo, na Região Centro, a 571.768 trabalhadores).

Os elementos relativos aos trabalhadores são reportados a Outubro de cada ano, por estabelecimento da empresa, ou seja, a informação é prestada para cada local onde, nele ou a partir dele, se exerça pelo menos uma actividade económica da empresa<sup>3</sup>. Apesar de

---

<sup>1</sup> Considera-se trabalhador por conta de outrem todo o indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

<sup>2</sup> Incluem-se (desde 2002) os serviços da Administração Pública, apenas em relação aos trabalhadores em regime jurídico de contrato individual de trabalho. Exceptuam-se os empregadores de serviços domésticos.

<sup>3</sup> O facto do SILEET apresentar informação ao nível do estabelecimento corresponde a uma importante mais valia, uma vez que a maioria da informação estatística empresarial (relativa à sede das empresas e respectivos estabelecimentos) se encontra apenas referenciada ao local da sede da empresa.

existir informação por estabelecimento, no presente estudo não se trabalhou para além do nível municipal. A desagregação geográfica utilizada teve por base a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS)<sup>4</sup> e incidiu em três níveis: regiões de nível II (NUTS II), de nível III (NUTS III) e municípios. A Região Centro é uma das sete regiões NUTS II do país e divide-se em 12 sub-regiões NUTS III, compreendendo 100 municípios (anexo I).

A análise da mobilidade dos trabalhadores implica obrigatoriamente a comparação da sua referenciação em dois anos consecutivos, uma vez que apenas por comparação com o período precedente é possível aferir mudanças de estado do trabalhador. Face a esta restrição, o estudo da mobilidade foi efectuado relativamente aos trabalhadores que se encontravam presentes no SILEET em dois anos consecutivos. Não foram ainda contempladas as situações em que a mudança de emprego resultou de encerramento de empresas. Desta forma, em média, em todo o período 2004 a 2008, a análise da mobilidade na Região Centro incidiu sobre 431.785 indivíduos (tendo ficado excluídos 24,5% dos trabalhadores).

De forma a suavizar eventuais oscilações extremas dos indicadores apresentados, foram utilizados valores médios para o quinquénio 2004 a 2008. No entanto, para o caso específico da mobilidade geográfica, a média incidiu sobre o período de referência 2004 a 2007. De facto, o movimento de saída de um trabalhador de determinado território só é contabilizado após o mesmo ser detectado, no ano seguinte, em outro município. Assim, uma vez que à data de realização do presente estudo ainda não estava disponível a informação dos quadros de pessoal referentes a 2009, não foi possível a disponibilização das saídas de trabalhadores por conta de outrem dos diversos territórios no ano de 2008.

### **3. FORMAS DE MOBILIDADE LABORAL**

A mobilidade laboral pode ser avaliada sob múltiplas vertentes. No entanto, o presente estudo centra-se apenas em duas perspectivas específicas, que designaremos de mobilidade institucional e mobilidade geográfica e que se encontram explicitadas na figura 1.

Uma entidade empregadora pode ter a sua actividade concentrada num único estabelecimento ou repartida por diversos estabelecimentos, que se podem localizar, ou não, em territórios diferentes. Assim, quando há mobilidade laboral, os trabalhadores podem

---

<sup>4</sup> Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

conhecer diferentes tipos de alterações. Podem manter o mesmo empregador e mudar apenas de estabelecimento ao qual estão afectos, mas podem também mudar de empregador e necessariamente de estabelecimento. Estas duas situações correspondem ao que designámos de mobilidade institucional. Esta forma de mobilidade abarca assim a mobilidade entre empresas e/ou estabelecimentos.

Figura 1: Mobilidade Institucional e Mobilidade Geográfica

		Alteração do Empregador			
		Sim		Não	
Alteração do Estabelecimento	Sim	Com Mobilidade Institucional		Com Mobilidade Institucional	
		Com Mobilidade Geográfica	Sem Mobilidade Geográfica	Com Mobilidade Geográfica	Sem Mobilidade Geográfica
	Não	(Hatched area)		Sem Mobilidade (Institucional e Geográfica)	

No entanto, em qualquer destas situações, pode haver ou não alteração no território correspondente ao local de trabalho. Sempre que ocorrer alteração no território de trabalho do indivíduo, diz-se que existe mobilidade geográfica. Nesta perspectiva, o critério relevante é a mudança territorial. Se existir uma alteração de estabelecimento e/ou de entidade empregadora, mantendo-se o trabalhador no mesmo território, não se considera que existe mobilidade geográfica<sup>5</sup>. Note-se, no entanto, que nesta perspectiva de mobilidade, o nível de desagregação territorial influencia o entendimento da mobilidade geográfica. Ou seja, se o nível de análise é municipal, considera-se haver mobilidade geográfica quando a alteração no local de trabalho pressupõe uma mudança de município. No entanto, se o nível de análise for regional, apenas constituem mobilidade geográfica, os fluxos de entrada e saída de trabalhadores da região, não fazendo sentido considerar como mobilidade regional os fluxos intra-regionais.

Por tudo o que foi exposto, é fácil perceber que as duas perspectivas de análise da mobilidade laboral se podem sobrepor ou não. É possível existir mobilidade institucional independentemente de existir ou não mobilidade geográfica. No entanto, o inverso não será

<sup>5</sup> Uma mudança de estabelecimento/empresa pode não implicar uma alteração do local de trabalho. É, por exemplo, o caso de um grupo de empresas que partilhe os seus escritórios. Se o trabalhador pertencia a uma das empresas do grupo e, entretanto, muda para outra empresa, altera a sua entidade empregadora e o estabelecimento, mas mantém o mesmo local de trabalho.

verdadeiro. Para existir mobilidade geográfica tem sempre que existir mobilidade institucional, pois no SILEET a mudança de local de trabalho terá que ser provocada ou por uma alteração da entidade empregadora ou, mantendo-se o empregador, por uma modificação de estabelecimento. Daí que quando não há alteração nem do empregador, nem do estabelecimento, se considere que não existe mobilidade laboral (nem institucional, nem geográfica).

## **4. MOBILIDADE DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM**

### **4.1 OS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NA REGIÃO CENTRO**

No período 2004 a 2008, existiam, em média, 571.768 trabalhadores por conta de outrem (TCO) em estabelecimentos localizados na Região Centro (figura 2), o que correspondia a cerca de 22% do efectivo total de Portugal e a cerca de 37% da população potencialmente activa<sup>6</sup> da Região Centro.

As maiores concentrações de trabalhadores ocorriam nas sub-regiões Baixo Vouga, Oeste, Pinhal Litoral e Baixo Mondego, que no seu conjunto detinham cerca de 63% do efectivo total da Região Centro e que eram igualmente as que apresentavam maior densidade empresarial. Em termos de representatividade na população potencialmente activa, o Pinhal Litoral era a sub-região que detinha o maior peso médio de trabalhadores (47,6%), seguido do Baixo Vouga (40,6%) e do Oeste (37,8%), sendo estas três sub-regiões as únicas com valores acima da média regional (36,6%). Na Serra da Estrela e na Beira Interior Norte os trabalhadores por conta de outrem representavam, em média, menos de 30% da sua população potencialmente activa.

---

<sup>6</sup> A população potencialmente activa corresponde à população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.

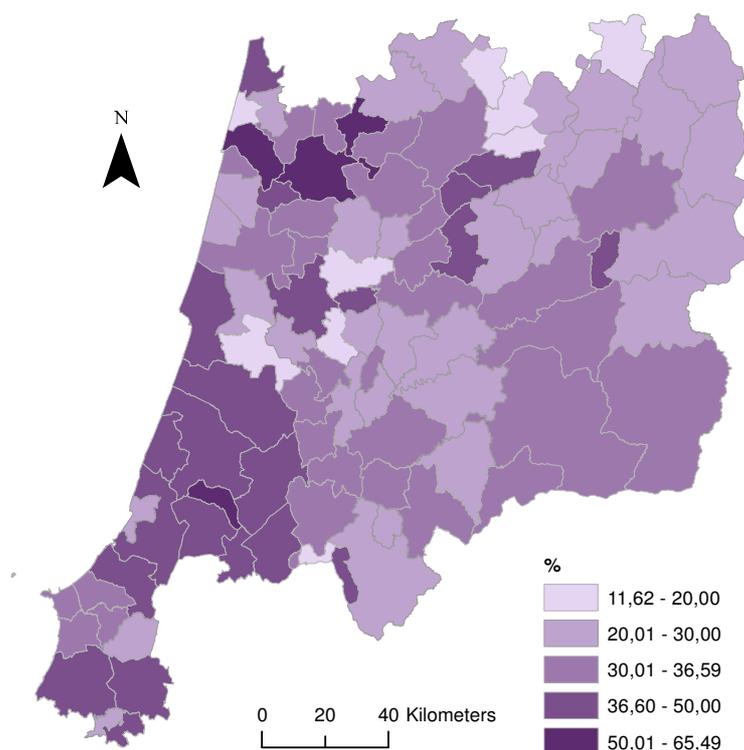
Figura 2: Trabalhadores por Conta de Outrem, no período 2004-2008 (valores médios)

Unidades Territoriais	Efectivo Total N.º	Peso dos TCO na População Potencialmente Activa %
Portugal	2.643.710	37,1
<b>Região Centro</b>	<b>571.768</b>	<b>36,6</b>
Baixo Vouga	109.189	40,6
Baixo Mondego	75.102	33,8
Pinhal Litoral	84.343	47,6
Pinhal Interior Norte	27.151	31,6
Dão-Lafões	61.871	32,6
Pinhal Interior Sul	7.483	30,7
Serra da Estrela	8.307	26,6
Beira Interior Norte	20.038	29,0
Beira Interior Sul	15.333	33,9
Cova da Beira	19.077	32,0
Oeste	90.113	37,8
Médio Tejo	53.762	35,9

Fonte: Cálculos próprios a partir de SILEET e INE

Analisando o padrão municipal (figura 3), verificamos que, dos 100 municípios que integram a Região Centro, 74 apresentavam um peso de trabalhadores por conta de outrem na população potencialmente activa abaixo da média da região. Em termos médios, apenas 12% da população potencialmente activa de Vila Nova da Barquinha e de Vila Nova de Paiva eram trabalhadores por conta de outrem. Soure, Meda, Miranda do Corvo, Sátão, Penacova, Penalva do Castelo e Murtosa eram os restantes municípios onde os trabalhadores por conta de outrem não chegavam a perfazer 20% da população potencialmente activa. Apenas quatro municípios apresentavam mais de 50% da população potencialmente activa empregada por conta de outrem: Batalha (claramente destacada com 65%), Aveiro, Oliveira de Frades e Águeda.

Figura 3: Peso Médio dos Trabalhadores por Conta de Outrem na População Potencialmente Activa, no período 2004-2008



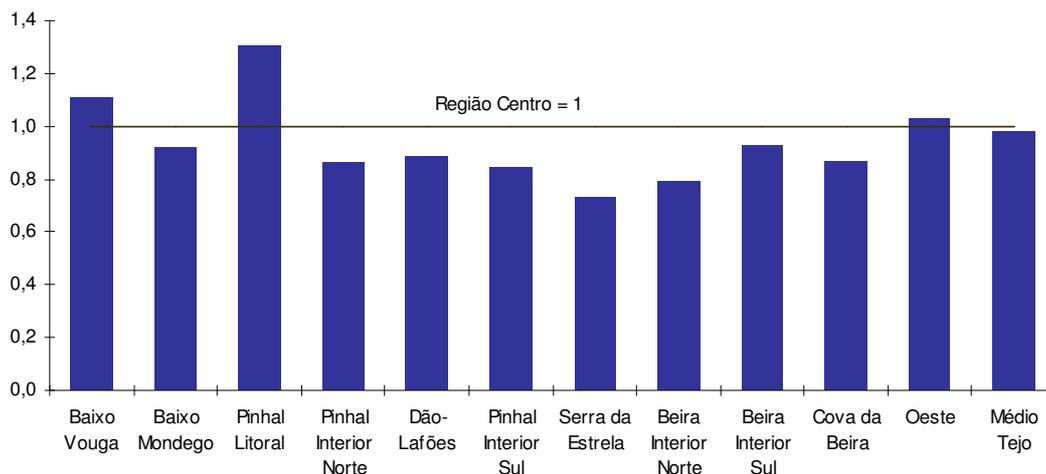
Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET e INE

Na figura 4 encontra-se o índice de empregabilidade da população potencialmente activa da Região Centro<sup>7</sup>, indicador que permite comparar, para cada sub-região, os pesos relativos obtidos nos trabalhadores por conta de outrem e na população potencialmente activa, dando-nos uma ideia sobre a capacidade dos diferentes espaços em fixar população potencialmente activa e em empregar trabalhadores por conta de outrem. Quando o índice é igual à unidade, o território tem uma capacidade em fixar população idêntica à sua empregabilidade. Quando o indicador é inferior a um, o território tem maior importância relativa em termos de população potencialmente activa do que em termos de emprego por conta de outrem, pelo que existe uma dificuldade relativa em criar emprego face à população que se encontra fixada naquele território. Quando assume valores superiores à unidade, o território tem maior facilidade relativa em criar emprego por conta de outrem. Apenas o Pinhal Litoral, o Baixo Vouga e o Oeste apresentavam índices superiores à unidade, sendo, no Médio Tejo, praticamente igual à unidade. Nas restantes sub-regiões,

<sup>7</sup> O índice de empregabilidade da população potencialmente activa de um território é calculado pelo quociente entre a importância relativa desse espaço face ao total da região onde se insere em termos do efectivo de trabalhadores por conta de outrem e a importância relativa do mesmo espaço em termos de população potencialmente activa [ou seja,  $(TCO/TCO_R)/(Pop_{15-64\text{ anos}}/Pop_{15-64\text{ anos}_R})$ , onde i é o território em análise e R a região à qual pertence esse território].

verificava-se uma dificuldade relativa em criar emprego, com a Serra da Estrela a apresentar o valor mais débil de 0,7 (significando que a proporção de trabalhadores da Serra da Estrela no efectivo da região correspondia apenas a 70% do seu peso regional em termos de população potencialmente activa).

Figura 4: Índice de Empregabilidade da População Potencialmente Activa, no período 2004-2008 (valores médios)



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET e INE

## 4.2. MOBILIDADE INSTITUCIONAL DOS TRABALHADORES

No período 2004 a 2008, os trabalhadores por conta de outrem da Região Centro que registaram mobilidade institucional ascendiam, em média, a 56.516 indivíduos (figura 5), correspondendo a cerca de 10% do total de trabalhadores, valor inferior ao nacional (13%). Mais detalhadamente, verificou-se que, enquanto a nível regional 6,7% dos trabalhadores mudaram de entidade patronal e 3,1% alteraram de estabelecimento, mantendo o mesmo empregador, a nível nacional os valores registados foram de 8,4% e 4,6%, respectivamente.

Figura 5: Número Médio de Trabalhadores por Conta de Outrem segundo a Mobilidade Institucional, no período 2004-2008

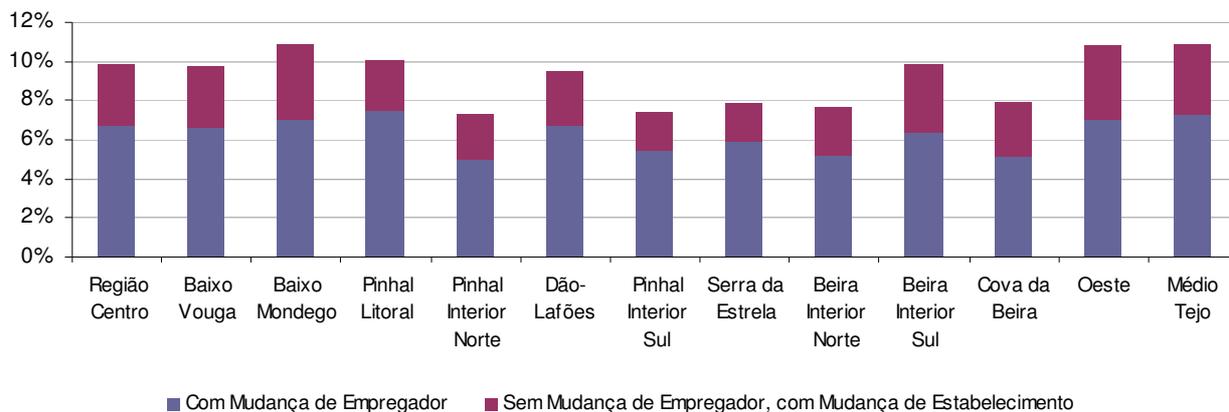
NUTS	Efectivo Total <sup>8</sup>	Com Mobilidade Institucional			Sem Mobilidade Institucional
		TOTAL	Com Mudança de Empregador	Sem Mudança de Empregador, Com Mudança de Estabelecimento	
Portugal	2.643.710	344.459	223.333	121.127	1.749.548
<b>Região Centro</b>	<b>571.768</b>	<b>56.467</b>	<b>38.564</b>	<b>17.903</b>	<b>375.318</b>
Baixo Vouga	109.189	10.697	7.305	3.392	73.391
Baixo Mondego	75.102	8.147	5.281	2.866	48.919
Pinhal Litoral	84.343	8.477	6.331	2.146	54.583
Pinhal Interior Norte	27.151	1.972	1.362	611	18.185
Dão-Lafões	61.871	5.886	4.181	1.705	40.730
Pinhal Interior Sul	7.483	553	407	146	4.903
Serra da Estrela	8.307	651	488	163	5.841
Beira Interior Norte	20.038	1.507	1.032	475	13.895
Beira Interior Sul	15.333	1.508	972	536	10.676
Cova da Beira	19.077	1.510	984	526	13.042
Oeste	90.113	9.701	6.319	3.382	56.148
Médio Tejo	53.762	5.858	3.903	1.954	35.005

Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Uma vez que os territórios com maior número de trabalhadores por conta de outrem eram também aqueles onde os fenómenos da mobilidade tinham mais expressão absoluta (note-se, por exemplo, o Baixo Vouga, cujo contributo para a mobilidade institucional regional, 19%, era também o seu peso médio no efectivo total de trabalhadores da Região Centro), optou-se por relativizar os dados das sub-regiões pelos respectivos efectivos de trabalhadores, eliminando assim o fenómeno da dimensão dos territórios (figura 6).

<sup>8</sup> O efectivo médio total de trabalhadores por conta de outrem não corresponde à soma dos trabalhadores que não apresentaram mobilidade e dos que apresentaram mobilidade institucional uma vez que, como indicado nas notas metodológicas, na análise da mobilidade não foram considerados os trabalhadores presentes na base SILEET em anos não consecutivos.

Figura 6: Peso Médio de Trabalhadores por Conta de Outrem com Mobilidade Institucional, no período 2004-2008



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

As sub-regiões Médio Tejo, Oeste, Baixo Mondego e Pinhal Litoral foram as que evidenciaram um maior dinamismo em termos de mobilidade institucional. O Médio Tejo foi onde se verificou o peso médio mais significativo de trabalhadores que mudaram de empregador e/ou estabelecimento, ainda assim com um valor (10,9%) aquém da média nacional (13%). No Pinhal Interior Norte os trabalhadores institucionalmente móveis apresentaram o menor peso médio relativo no efectivo de trabalhadores (7,3%).

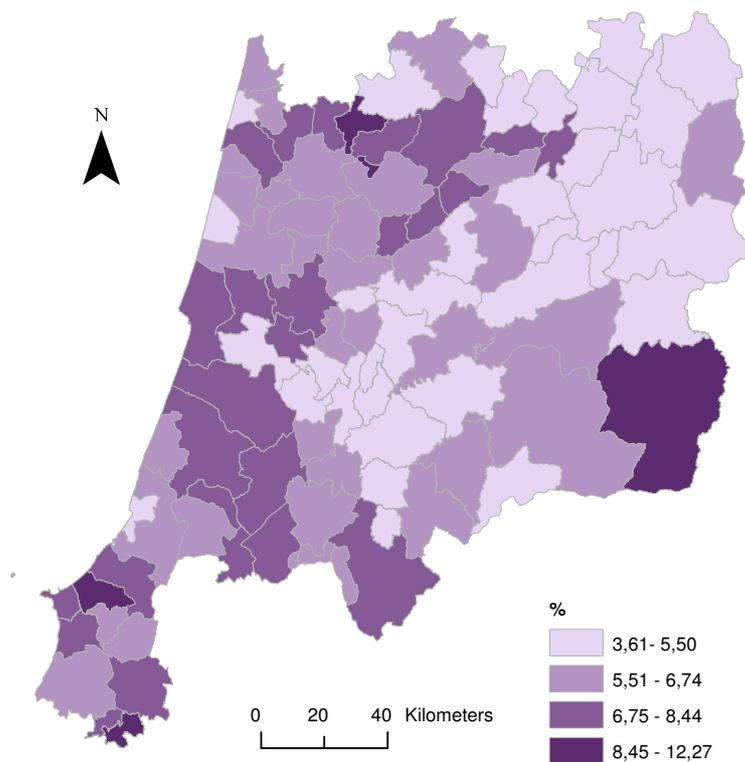
Em 73 municípios da Região Centro, o peso médio de trabalhadores com mobilidade institucional foi superior à média regional (9,88%) e apenas 27 registaram uma proporção inferior. De entre os municípios que concentraram, em média, trabalhadores com mobilidade institucional superior à verificada na Região Centro, apenas em Arruda dos Vinhos (15,1%), Alenquer (14,8%), Entroncamento (14,5%), Idanha-a-Nova (14,1%) e Óbidos (13,3%) este indicador superou a média nacional (13%). Em situação oposta, isto é, apresentando os menores valores, encontramos os municípios de Belmonte, Penamacor, Penela, Sabugal, Vila Nova de Poiares e Castanheira de Pêra, onde os trabalhadores institucionalmente móveis não chegavam a representar, em média, 6% dos trabalhadores dos respectivos municípios.

Como a mobilidade institucional pode significar, para o trabalhador por conta de outrem, mudança no empregador ou apenas no estabelecimento, considerou-se importante a análise em separado destas duas componentes. Na Região Centro, em média, 68% dos trabalhadores com mobilidade institucional mudaram de empregador e os restantes 32% mudaram apenas de estabelecimento, mantendo o mesmo empregador. Na Serra da Estrela e no Pinhal Litoral, a desproporção entre os trabalhadores que mudaram de empregador e

os que não mudaram mas viram alterado o seu local de trabalho, foi mais evidente: por cada trabalhador que mudava de estabelecimento (mantendo o mesmo empregador), três mudavam de estabelecimento e entidade patronal.

Cerca de um terço dos municípios da Região Centro apresentaram uma baixa mobilidade no que respeita à alteração do empregador (figura 7). Nestes, os trabalhadores que registaram mudanças da entidade patronal não atingiram, em média, 5,5% dos trabalhadores por conta de outrem do respectivo município. Destes, a maioria estava localizado no interior Norte e na parte central da região, onde a densidade de empresas por habitante é tendencialmente inferior à média regional, o que propiciará menos oportunidades de mudança e poderá justificar o padrão evidenciado. Salientam-se os municípios de Belmonte, Castanheira de Pêra e Penamacor onde os trabalhadores com mudança de entidade empregadora não chegavam a representar 4% do efectivo por conta de outrem dos respectivos territórios.

Figura 7: Peso Médio dos Trabalhadores por Conta de Outrem que Mudaram de Entidade Empregadora, no período 2004 a 2008

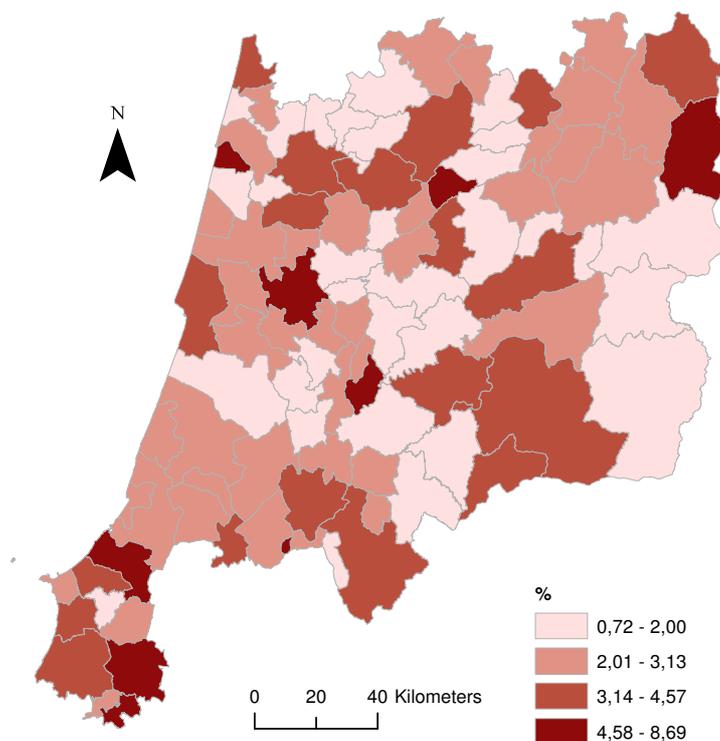


Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Foi essencialmente nos municípios do Pinhal Litoral e Oeste, em cerca de metade dos do Baixo Mondego e do Dão-Lafões, nalguns municípios pertencentes ao Médio Tejo e Baixo Vouga e em Idanha-a-Nova e Fornos de Algodres que a média regional (6,74%) foi ultrapassada. Refira-se, no entanto, que estes representavam apenas 30% dos municípios da Região Centro e que, os valores atingidos pelo indicador em causa ficaram, ainda assim, aquém da média de Portugal (8,45%). Apenas em Idanha-a-Nova (12,27%), Oliveira de Frades (9,93%), Óbidos (9,41%) e Arruda dos Vinhos (8,93%) foi superado o valor nacional.

A representatividade dos trabalhadores por conta de outrem que mudaram de estabelecimento sem alterarem o seu empregador (figura 8) foi bastante diversificada nos municípios da Região Centro, variando entre um mínimo de 0,7% (verificado em Penela) e um máximo de 8,7% (atingido no Entroncamento). Embora sem um padrão territorial caracterizador deste tipo de mobilidade, verificou-se que, também ao nível municipal, os níveis de mobilidade foram relativamente baixos. De facto, apenas 28% dos municípios se encontravam acima da média regional e destes apenas nove municípios (a saber, Entroncamento, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Nelas Almeida, Ílhavo, Coimbra, Caldas da Rainha e Pedrógão Grande) superaram a média nacional (4,58%).

Figura 8: Peso Médio dos Trabalhadores por Conta de Outrem que Mudaram de Estabelecimento, sem Alteração de Entidade Empregadora, no período 2004 a 2008



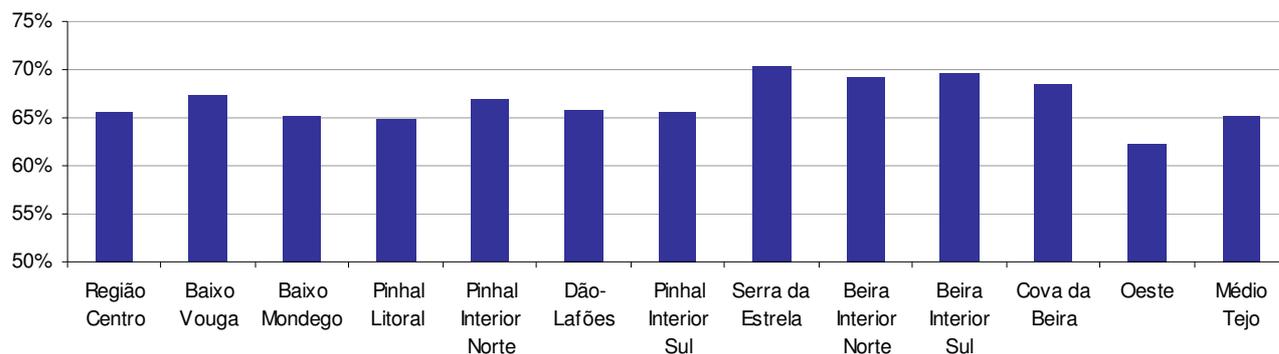
Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Os dez municípios onde o peso médio dos trabalhadores que alteraram de estabelecimento sem mudarem de empregador foi mais baixo repartiam-se entre as sub-regiões do Dão-Lafões e Pinhal Interior Norte, sendo que, nesta última, se encontravam os dois municípios com os valores mínimos do indicador em questão. De facto, Penela e Vila Nova de Poiares, não chegaram a evidenciar 1% dos seus trabalhadores com alterações ao nível de estabelecimento sem a correspondente alteração de empregador. É também interessante verificar que Oliveira de Frades, que detinha um peso médio relativo de trabalhadores que alteraram de empregador muito significativo no panorama dos municípios da Região Centro, cai para as posições menos importantes (quarto município com valor mais baixo) no que respeita à proporção média de trabalhadores que alteram de estabelecimento sem, no entanto, mudarem de entidade patronal.

Como esperado, na maioria dos municípios da Região Centro, o peso médio dos trabalhadores que mudaram de empregador foi bastante superior ao dos que mudaram apenas de estabelecimento, fenómeno também registado a nível regional e nacional. De facto, em 70% dos municípios a proporção média de trabalhadores com mudança de empregador era mais do dobro (e em catorze casos até mais do quádruplo) da que respeitava a trabalhadores que mudaram de estabelecimento mantendo a mesma entidade patronal. Como seria de esperar pelo acima mencionado, Oliveira de Frades foi o município onde a discrepância nos dois tipos de mobilidade institucional ficou mais patente (por cada nove trabalhadores que, em média, mudaram de empregador, apenas um não alterou a sua entidade patronal embora tenha mudado de estabelecimento). Em situação inversa, encontrava-se o Entroncamento, único município em que a proporção média de trabalhadores que mudou de estabelecimento em virtude da alteração do empregador foi inferior aos que mudaram apenas de estabelecimento sem modificação na entidade patronal.

Na Região Centro, cerca de 66% dos trabalhadores não apresentaram mobilidade institucional, no período de 2004 a 2008, valor idêntico ao nacional (figura 9). O Oeste foi a sub-região com menor peso de trabalhadores sem mobilidade (62%). As sub-regiões mais próximas da fronteira com Espanha demonstraram uma maior imutabilidade relativa dos seus trabalhadores, sendo os valores mais elevados registados na Serra da Estrela e na Beira Interior Sul, as quais apresentavam cerca de 70% dos seus trabalhadores sem qualquer mobilidade. Esta situação poderá estar associada a uma menor disponibilidade na oferta de emprego nestas sub-regiões.

Figura 9: Peso Médio de Trabalhadores por Conta de Outrem sem Mobilidade Institucional, no período 2004-2008

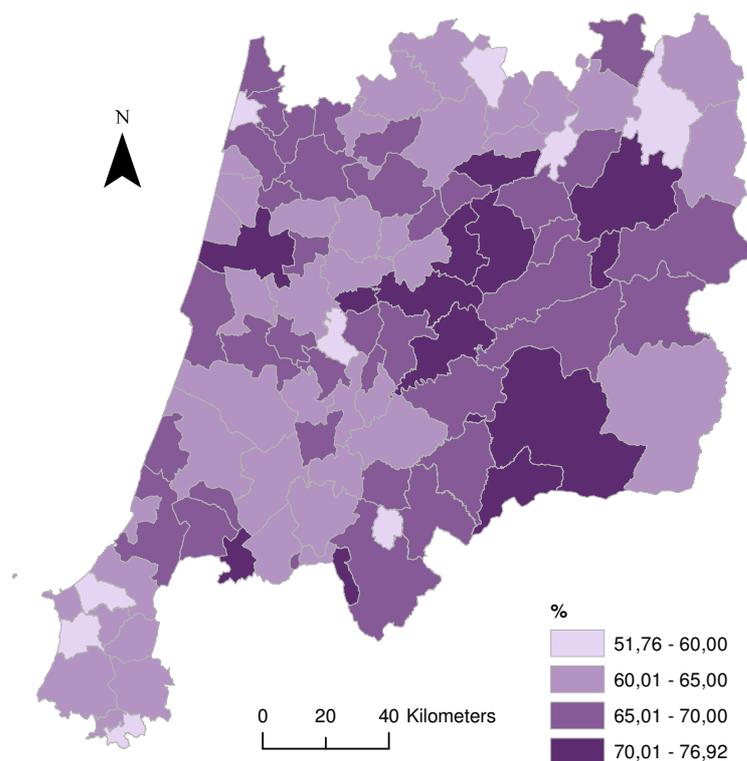


Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Uma análise territorial mais fina permitiu confirmar uma maior interioridade do fenómeno da não mobilidade dos trabalhadores por conta de outrem. De facto, da observação da figura 10, na qual se representa o peso médio dos trabalhadores que não registaram alterações de entidade empregadora e/ou de estabelecimento onde prestam serviço em relação ao efectivo de trabalhadores por conta de outrem de cada município, são visíveis valores mais elevados nos municípios do interior centro e sul da região. Ainda assim, destacam-se os municípios de Constância (76,9%), Alcanena (70,3%) e Cantanhede (70,1%) por se encontrarem nas sub-regiões com maior dinamismo em termos de mobilidade institucional e que, no entanto, apresentaram dos mais elevados pesos médios relativos de trabalhadores não móveis. Em situação inversa são de realçar os municípios de Fornos de Algodres (59,6%) e Pinhel (59,4%) que, embora localizados em NUTS III de maior prevalência de não mobilidade relativa dos trabalhadores por conta de outrem, apresentaram proporções de trabalhadores não móveis significativamente reduzidas. Refira-se, no entanto, que foi o município de Vila Nova de Paiva a registar o menor peso de trabalhadores sem mobilidade laboral do tipo institucional (51,8%).

A nível municipal, é ainda de salientar a grande variabilidade do indicador em referência pois, como já indicado, em termos médios, existem municípios com mais de dois terços dos trabalhadores sem mobilidade, por oposição a outros onde apenas pouco mais de metade dos trabalhadores não apresentaram mobilidade laboral.

Figura 10: Peso Médio dos Trabalhadores por Conta de Outrem sem Mobilidade, no período 2004 a 2008



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

### 4.3 MOBILIDADE GEOGRÁFICA DOS TRABALHADORES

Para analisar a mobilidade geográfica, que alia a mobilidade institucional a uma alteração no território onde se localiza o posto de trabalho do indivíduo, recorreu-se aos conceitos de taxa de atracção, taxa de repulsão e taxa de atractividade líquida, os quais relacionam, respectivamente, os fluxos de entrada, de saída e a diferença entre as entradas e saídas de trabalhadores de determinado território com o total de trabalhadores dessa área geográfica. Através destes indicadores foi possível identificar os territórios com capacidade para atrair e repelir trabalhadores. Adicionalmente, para um estudo mais aprofundado, consideraram-se os fluxos relativos intermunicipais de entrada e de saída de trabalhadores. Como já explicado na nota metodológica, o período de referência utilizado na análise da mobilidade geográfica será 2004 a 2007 (valores médios).

A Região Centro perdeu, em termos líquidos e em média, sete por cada mil trabalhadores, entre 2004 e 2007. Apesar de ter atraído trabalhadores neste período, aqueles que saíram superaram os que entraram na região. Esta situação traduziu-se numa taxa média de atracção<sup>9</sup> de 1,65% e numa taxa média de repulsão<sup>10</sup> de 2,32%, significando que, em média, por cada 1,4 trabalhadores que saíram da Região Centro, apenas um entrava oriundo de outro ponto do país, conduzindo a uma taxa média de atractividade líquida<sup>11</sup> de -0,67%.

Da observação da figura 11 fica patente que, tal como sucedeu na Região Centro, todas as sub-regiões apresentaram taxas médias de repulsão superiores às taxas médias de atracção, conduzindo a taxas de atractividade líquidas negativas, o que vem enfatizar a conclusão da repulsividade de trabalhadores existente na região. Com as taxas de atractividade líquida mais negativas surgiram realidades tão distintas como o Baixo Mondego ou a Cova da Beira, onde por cada trabalhador que entrava, saíam, em média, 1,5 funcionários. Ao nível das taxas de atractividade líquidas menos negativas, também se encontravam sub-regiões económica e socialmente antagónicas, como sejam a Serra da Estrela (-0,3%) e o Baixo Vouga (-0,4%).

A taxa média de atracção mais elevada foi registada pelo Médio Tejo, seguindo-se-lhe as NUTS III localizadas no litoral costeiro, com excepção do Pinhal Litoral que foi ultrapassado pelo Pinhal Interior Sul. Com valores mais baixos, não chegando a atingir três entradas por cada 100 trabalhadores, encontravam-se as restantes sub-regiões do interior. As NUTS III com maiores taxas médias de atracção, com excepção do Pinhal Interior Sul, e ainda o Dão-Lafões atraíram, maioritariamente, trabalhadores vindos de fora da Região Centro. No Oeste e Baixo Vouga, o peso médio destes trabalhadores no volume de entradas das diferentes sub-regiões chegou mesmo a atingir 80% e 73%, respectivamente. Inversamente, na Serra da Estrela apenas um quarto das entradas respeitava a trabalhadores de outras proveniências fora da Região Centro e 27% dos trabalhadores eram oriundos exclusivamente do Dão-Lafões. De facto, o que se observa ao nível dos fluxos médios de entrada entre as diferentes NUTS III da Região Centro, é que eles se processam essencialmente das sub-regiões contíguas.

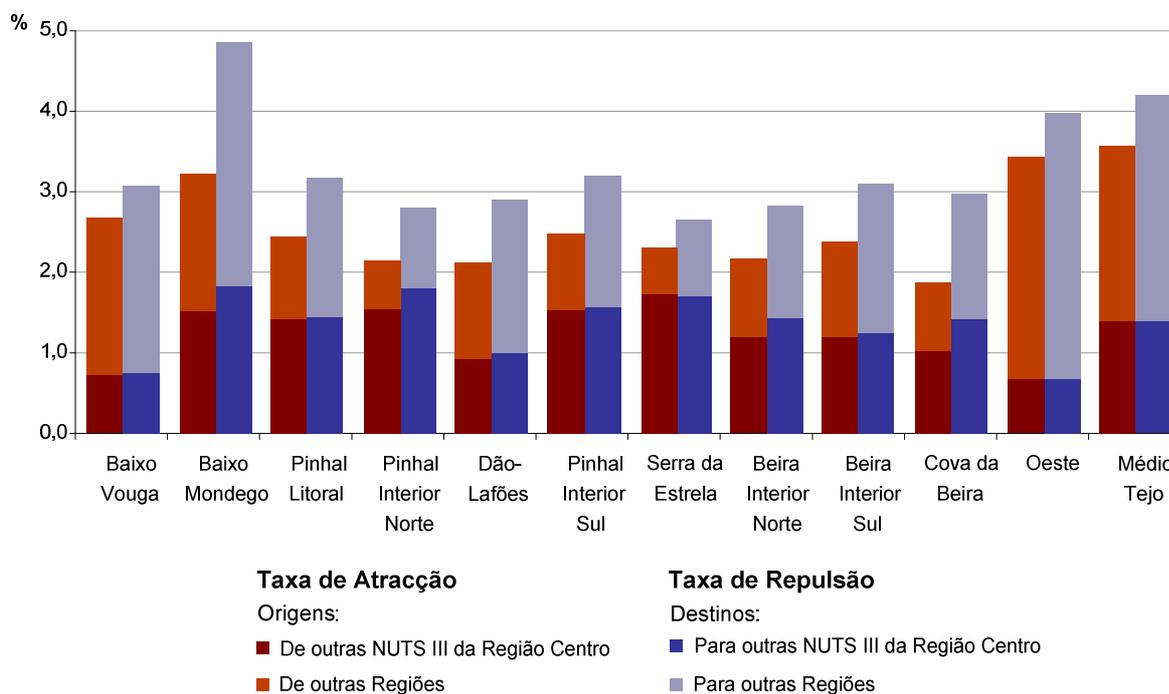
---

<sup>9</sup> A taxa de atracção de trabalhadores relaciona o fluxo de entradas de trabalhadores em determinado território com o seu efectivo total, ou seja, o número de trabalhadores que no ano  $n-1$  não trabalhavam em dado território e que no ano  $n$  aí trabalhavam, com o total de trabalhadores no território no ano  $n$ . Tratando-se de uma taxa média num dado período, o indicador foi obtido através da relação entre as respectivas médias.

<sup>10</sup> A taxa de repulsão relaciona as saídas observadas em determinado território com o seu efectivo total, isto é, o número de trabalhadores que no ano  $n$  trabalhavam em dado território e que no ano  $n+1$  já aí não trabalhavam, com o efectivo de trabalhadores no território no ano  $n$ . Tratando-se de uma taxa média num dado período, o indicador foi obtido através da relação entre as respectivas médias.

<sup>11</sup> A taxa de atractividade líquida relaciona a diferença entre os fluxos de entrada e saída de determinado ano com o efectivo de trabalhadores desse ano. Para um mesmo período, a taxa (média) de atractividade líquida corresponde à diferença entre a taxa (média) de atracção e a taxa (média) de repulsão.

Figura 11: Taxas Médias de Atracção e Repulsão segundo a sua Origem e Destino, no período 2004 a 2007



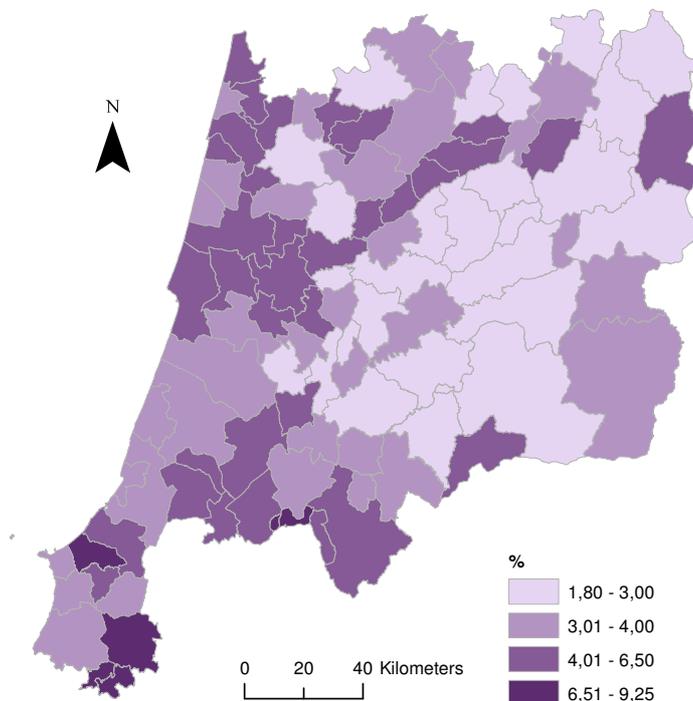
Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Ao nível das saídas por NUTS III, constatou-se a existência de uma maior variabilidade do fenómeno, traduzido numa maior amplitude dos valores obtidos para as taxas médias de repulsão quando comparadas com as taxas médias de atracção. A existência de um padrão territorial de mobilidade geográfica, ao nível dos trabalhadores das NUTS III, fica patente ao se constatar que as três sub-regiões que apresentaram as taxas médias de atracção mais elevadas foram também as que obtiveram maiores taxas médias de repulsão, com saídas de trabalhadores a rondarem ou mesmo superarem 4% dos trabalhadores dessas sub-regiões, como no caso do Baixo Mondego e Médio Tejo. Da mesma forma, a Serra da Estrela, o Pinhal Interior Norte, o Dão-Lafões e a Cova da Beira mantiveram-se entre as quatro sub-regiões que apresentaram o menor número médio de saídas relativamente ao total dos trabalhadores dos respectivos territórios, não chegando a atingir os 3%. A maioria das sub-regiões pertencentes à Região Centro perdeu maioritariamente trabalhadores para localizações fora da região. Exceptuavam-se apenas o Pinhal Interior Norte, a Serra da Estrela e a Beira Interior Norte com menos de 50% das saídas para as demais regiões do país. Nas restantes NUTS III, o peso dos trabalhadores que se mudaram para fora da Região Centro foi significativo, tendo o Oeste e o Baixo Vouga enviado, em média, mais de

três quartos das saídas para destinos outros que não a região. Ao nível dos movimentos de saída de trabalhadores que, ainda assim, se mantiveram na Região Centro, constatou-se, tal como já tinha acontecido para as entradas de trabalhadores, um relacionamento mais intenso entre sub-regiões contíguas.

O estudo da mobilidade geográfica ao nível municipal inicia-se com a análise da taxa média de atracção registada nos 100 municípios que compõem a Região Centro, cartografada na figura 12. Relembre-se que a comparação entre taxas correspondentes a diferentes níveis de desagregação geográfica não faz sentido pois, como se expurgam sempre os movimentos ocorridos dentro da unidade territorial em questão, os fluxos de trabalhadores considerados para o cálculo do indicador variam consoante a perspectiva. Isto significa que, a nível municipal, se consideram as entradas oriundas de outros municípios da Região Centro e de outras regiões do País. Já ao nível da Região Centro, só são considerados os fluxos provenientes de outras regiões do País.

Figura 12: Taxa Média de Atracção, no período 2004 a 2007



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Da observação da figura 12 realça-se a existência de alguma dualidade entre o litoral e o interior da Região Centro. Assim, enquanto nas sub-regiões da faixa costeira e ainda no Médio Tejo e Dão-Lafões se encontravam a maioria dos municípios com as taxas médias de atracção mais elevadas, nas restantes sub-regiões verificava-se a situação oposta, com os municípios que as compunham a integrarem maioritariamente o escalão mais baixo do indicador em questão. Os municípios com as menores taxas foram Figueira de Castelo Rodrigo, onde se identificou o mínimo<sup>12</sup>, Oliveira do Hospital, Aguiar da Beira, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Sabugal, Góis, Manteigas e Seia, os quais não atingiram a fasquia das 2,5 entradas por cada 100 trabalhadores do território do respectivo município. Inversamente, os municípios com as maiores taxas médias concentravam-se essencialmente no Oeste e ainda no Médio Tejo: Arruda dos Vinhos (9,3%), Alenquer (8,4%), Óbidos (7,8%), Entroncamento (7,1%), Sobral de Monte Agraço (6,7%) e Vila Nova da Barquinha (6,6%).

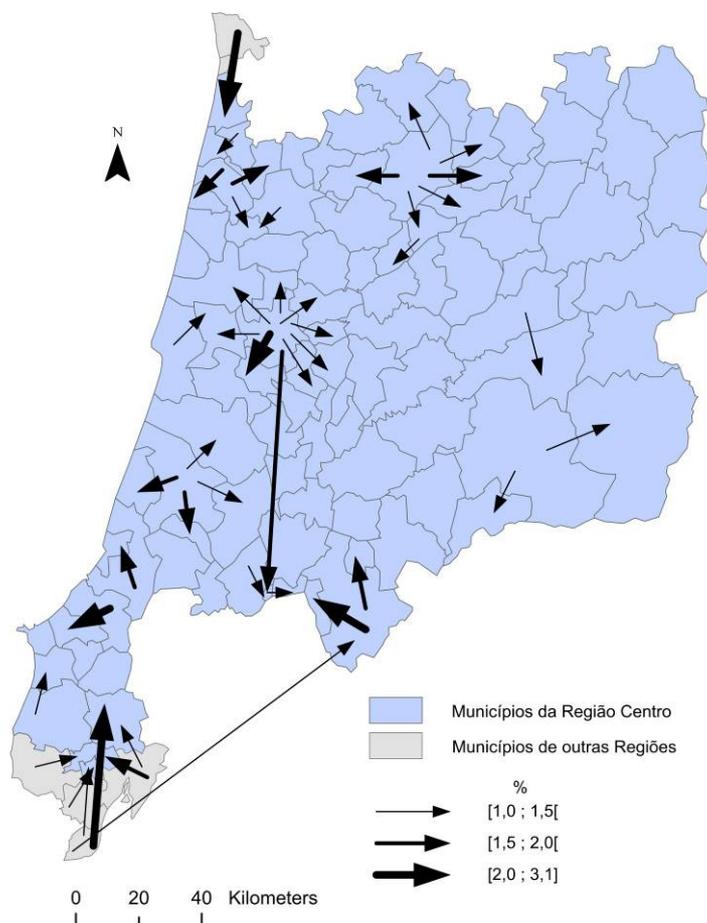
Uma análise mais pormenorizada aos fluxos de entrada dos municípios pode ser efectuada identificando os pares de municípios entre os quais se notou maior mobilidade relativa de trabalhadores, utilizando, para este efeito, o conceito de fluxo relativo intermunicipal de entrada de trabalhadores<sup>13</sup>. Na figura 13 estão cartografados os fluxos relativos médios intermunicipais de entrada mais importantes registados entre 2004 e 2007. Os vários fluxos médios de entrada em determinado município foram relativizados pela sua população e, quando superiores a 1%, foram cartografados através de setas direccionais, com início no município de origem do fluxo e fim no município de destino, estando a sua espessura dependente do valor representado. Por exemplo, no caso de Arruda dos Vinhos, verificou-se que, das entradas médias totais de trabalhadores no município, existiam três proveniências significativas: Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira, sendo esta última mais relevante que as primeiras.

---

<sup>12</sup> O mínimo da taxa média de atracção, identificado no município de Figueira de Castelo Rodrigo, é superior tanto ao valor da Região Centro como da respectiva sub-região, na medida em que, como já referido, para o cálculo do indicador naqueles territórios, foram expurgados os movimentos de trabalhadores ocorridos no seu interior que, agora, a um nível de análise mais fino, são considerados.

<sup>13</sup> O fluxo relativo intermunicipal de entrada de trabalhadores consiste na relação entre o número de trabalhadores que se deslocaram de um município para o outro (isto é, que no ano  $n-1$  constavam do total de trabalhadores do município A e que no ano  $n$  passaram a constar do efectivo do município B - entradas de B vindas de A, do ano  $n$ ) e o total de trabalhadores do município de destino do ano  $n$  (no nosso exemplo, os trabalhadores do município B, no ano  $n$ ).

Figura 13: Principais Fluxos Relativos Médios Intermunicipais de Entrada de Trabalhadores, no período 2004 a 2007



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Da leitura da figura 13 ressalta a existência de fluxos nos vários municípios contíguos aos que concentram grandes agregados populacionais da Região Centro e que maioritariamente coincidem com capitais de distrito (Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Castelo Branco). Aliás, a característica patente nos fluxos representados diz respeito à contiguidade dos municípios envolvidos. Tratando-se de alterações no local de trabalho que podem não estar associadas a mudanças na residência do trabalhador, estes fluxos podem originar movimentos pendulares (deslocações regulares casa-trabalho). Um maior distanciamento territorial é observado apenas para os fluxos relativos de entrada em Ovar provenientes de Gaia, no Entroncamento vindos de Coimbra e das entradas relativas em Abrantes, Alenquer e Arruda dos Vinhos com origem no município de Lisboa.

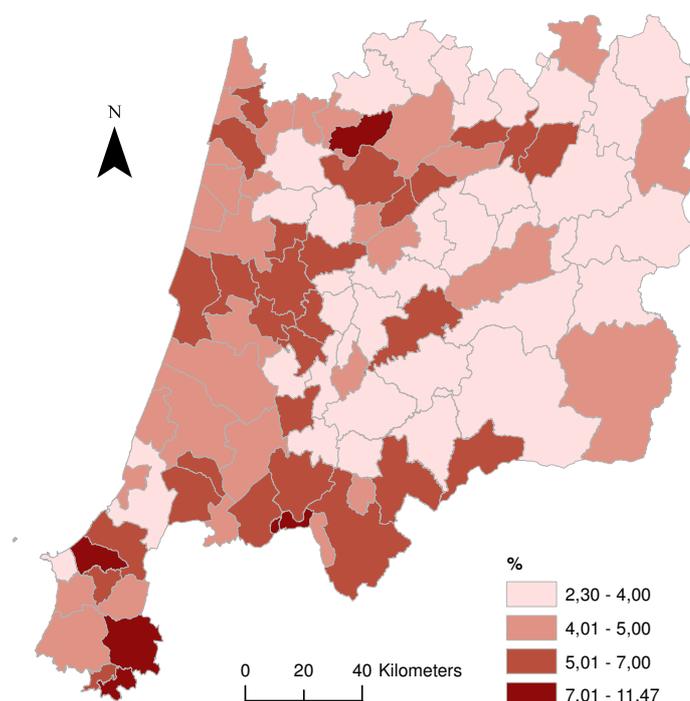
Adicionalmente, verifica-se que os municípios com as taxas médias de atracção mais elevadas se encontram associados a fluxos relativos médios intermunicipais de entrada significativos. No caso de Arruda dos Vinhos encontramos três municípios (Vila Franca de Xira, Loures e Lisboa), nenhum pertencente à Região Centro, em que, só os trabalhadores provenientes destes, totalizaram, em média, 4% dos trabalhadores de Arruda dos Vinhos e representaram, 44% das entradas médias neste município. Na mesma situação encontrava-se Alenquer, tendo os trabalhadores vindos dos municípios de Lisboa e Vila Franca de Xira tido um peso significativo no efectivo de trabalhadores por conta de outrem daquele município, 2,3% e 1,5%, respectivamente. Em Óbidos registou-se o fluxo médio relativo intermunicipal de entrada mais expressivo, representando os trabalhadores deslocados de Caldas da Rainha, em média, 3% do efectivo empregado por conta de outrem neste município e correspondendo a 39% das entradas totais no município. Para o efectivo do Entroncamento foram significativos os fluxos vindos de Coimbra (1,8% dos trabalhadores) e Torres Novas (1,1% dos trabalhadores), sucedendo-se o mesmo para o município de Sobral de Monte Agraço, neste caso, com os trabalhadores provenientes de Mafra. Com um contributo relativo semelhante ao registado pelo par de municípios anterior encontrou-se o Entroncamento que cedeu a Vila Nova da Barquinha, em média, 1,3% dos trabalhadores deste município, os quais representaram cerca de 20% das entradas médias de trabalhadores.

De salientar ainda Ovar que registou o segundo fluxo relativo de entrada mais elevado, proveniente de Vila Nova de Gaia, correspondendo a uma entrada média anual próxima dos 450 trabalhadores e representando quase metade das entradas em Ovar. Contudo, também noutros municípios do Baixo Vouga foi possível observar fluxos relativos médios intermunicipais de entrada com alguma relevância, como seja o de Ílhavo com proveniência de Aveiro (1,8%). De facto, o Baixo Vouga foi a sub-região onde o número médio de entradas de trabalhadores nos seus municípios provenientes dos outros municípios da mesma sub-região foi mais significativo no total de trabalhadores da respectiva NUTS III, pesando em média 1,7%.

Na figura 13 encontram-se ainda representados fluxos relativos de entrada com alguma relevância para alguns municípios com fracas taxas de atracção. É o caso do Fundão, para o qual os trabalhadores provenientes da Covilhã representaram 1,4% do seu efectivo e 47% das suas entradas, e de Sátão, para o qual Viseu contribuiu, em média, com 1,2% dos trabalhadores por conta de outrem aí existentes.

Após a análise aos fluxos médios de entrada nos diferentes municípios, atente-se ao fluxo médio de saída. O padrão territorial da taxa média de repulsão, cartografado na figura 14, é bastante semelhante ao encontrado para a taxa média de atracção (embora registando valores mais expressivos e com maior amplitude de variação). Assim, constatou-se uma maior mobilidade relativa nos municípios pertencentes ao litoral da Região Centro, assim como ao Médio Tejo e Dão Lafões, comparativamente com aqueles localizados mais para o interior.

Figura 14: Taxa Média de Repulsão, no período 2004 a 2007



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

De realçar que os municípios com taxas médias de repulsão mais elevadas foram praticamente os mesmos que detinham as maiores taxas médias de atracção: Entroncamento, que se destacou com o fluxo médio relativo de saída mais elevado, correspondendo a 11,5% dos seus trabalhadores, Arruda dos Vinhos (10,3%), Alenquer (9,7%), Vila Nova da Barquinha (8,2%) e Óbidos (7,8%). Exceptua-se apenas o município de Sobral de Monte Agraço (6,6%) que, em termos da taxa média de repulsão, foi ultrapassado pelos municípios de Vouzela (7,3%) e Coimbra (6,8%).

Um terço dos municípios da Região Centro registou um valor médio de saídas de trabalhadores inferior a 4% do efectivo total. Destes, destacam-se Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal, Góis, Gouveia, Oliveira do Hospital e Vila de Rei, com taxas médias de repulsão a não atingirem os 3%. Repare-se que quatro destes seis municípios foram também identificados como tendo das menores taxas médias de atracção, reforçando a ideia da fraca mobilidade dos trabalhadores presente nestes territórios.

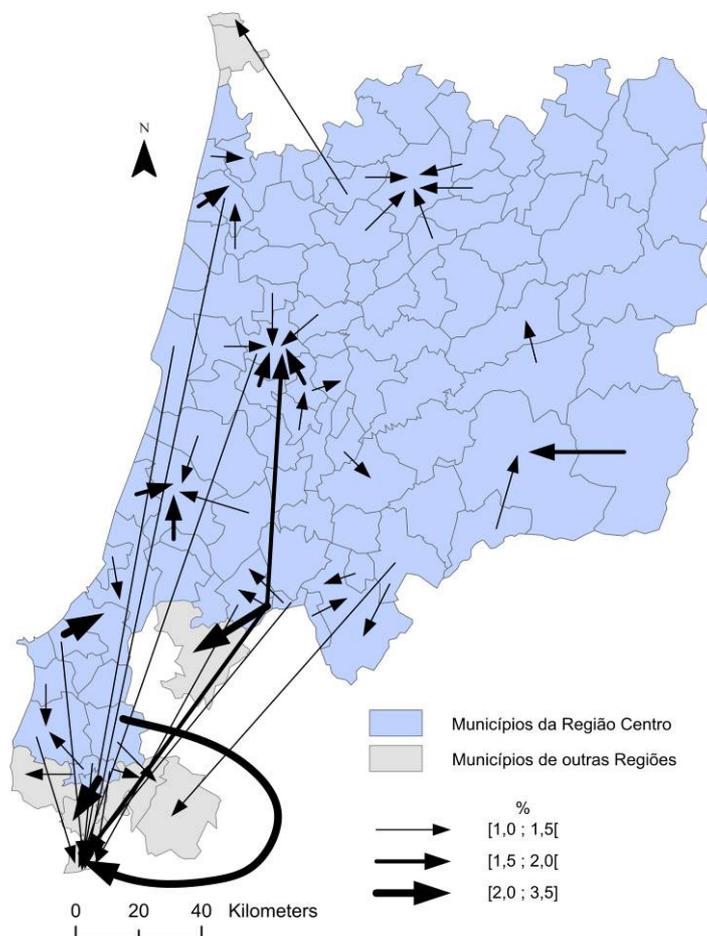
Na figura 15 estão representados os fluxos relativos médios intermunicipais de saída<sup>14</sup> mais significativos na Região Centro (superiores a 1%). Da sua observação constata-se a existência de diversos fluxos com destino para a quase totalidade dos municípios capitais de distrito e para outros municípios mais populosos da Região Centro oriundos de municípios contíguos, tal como já tinha acontecido para o fluxo de entradas. Adicionalmente, verificaram-se saídas de numerosos municípios com destino a Lisboa, o que denota uma atractividade vincada deste município, quebrando-se aqui a lógica de proximidade e de contiguidade dos municípios. Este efeito de captação de trabalhadores torna-se mais evidente quando se verifica que 11 dos 51 fluxos representados tinham aquele município como destino, incluindo o mais expressivo, proveniente do município de Alenquer, onde se assistiu, em média, a uma saída de 3,5% dos trabalhadores para Lisboa, o que, em termos médios absolutos, se expressava em mais de 430 trabalhadores por ano. Mesmo no caso do fluxo relativo menos importante, com origem em Torres Novas e destino na capital portuguesa, o número médio de trabalhadores foi expressivo, representando 15% das suas saídas.

Fluxos relativos médios intermunicipais de saída elevados foram igualmente visíveis em Arruda dos Vinhos, Entroncamento e Óbidos (que, recorde-se, evidenciaram das mais altas taxas de repulsão), com destino a Loures, Santarém e Caldas da Rainha, respectivamente. Naqueles municípios, a proporção média de trabalhadores que, no total das respectivas saídas, se deslocou para os municípios referidos variou entre os 27%, no Entroncamento, e os 34% em Óbidos. Realce-se ainda a Marinha Grande onde, em média, 45% dos trabalhadores que saíram deste município se deslocaram para Leiria, fluxo que representou 1,9% dos trabalhadores a desempenhar funções na Marinha Grande.

---

<sup>14</sup> O fluxo relativo intermunicipal de saída de trabalhadores relaciona o número de trabalhadores que se deslocaram de um município para o outro (isto é, que no ano  $n-1$  constavam do total de trabalhadores do município A e que no ano  $n$  passaram a constar do efectivo do município B - saídas de A para B, do ano  $n-1$ ) e o total de trabalhadores do município de origem (trabalhadores do município A, no ano  $n-1$ ). Como tanto ao nível do numerador, como do denominador, foram consideradas as médias do período, o indicador obtido corresponde ao fluxo relativo médio intermunicipal.

Figura 15: Principais Fluxos Relativos Médios Intermunicipais de Saída de Trabalhadores, no período 2004 a 2007



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

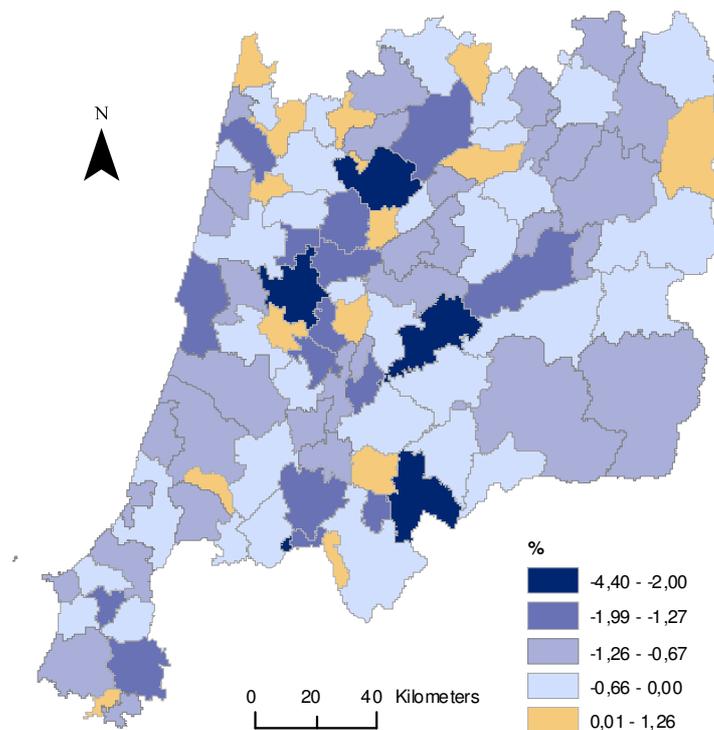
Da leitura conjugada das figuras 13 e 15 destaca-se que os pares de municípios que registavam os fluxos de saída mais significativos eram tendencialmente os mesmos que evidenciavam os fluxos de entrada mais expressivos: municípios adjacentes a capitais de distrito e a municípios densamente povoados.

Até ao momento, a análise da mobilidade geográfica dos trabalhadores foi efectuada considerando separadamente duas componentes opostas, ou seja, os movimentos de entrada de trabalhadores, por um lado, e os movimentos de saída, por outro. Contudo, é da conjugação destes dois elementos que se poderá concluir pela efectiva atractividade ou repulsividade dos territórios. Esse retrato é efectuada na figura 16, onde se representa a taxa média de atractividade líquida, a qual corresponde à diferença entra as taxas médias de atracção e repulsão dos diversos territórios. Note-se que o padrão territorial identificado na análise de cada uma das componentes da taxa média de atractividade líquida, que

evidenciava alguma dualidade entre o litoral e o interior da região, deixou de se verificar (uma vez que existia uma preponderância semelhante nos movimentos de entrada e de saída de trabalhadores).

A grande maioria dos municípios da Região Centro (85%) apresentou-se, em termos líquidos, no período 2004 a 2007, como repulsivo de trabalhadores por conta de outrem, existindo pontualmente e de forma dispersa no território regional, municípios que atraíram mais trabalhadores do que afastaram. A repulsividade do território regional fica ainda mais patente ao verificar-se que, para além do número de municípios que, em termos líquidos, atraíram trabalhadores ser consideravelmente inferior ao dos que repeliram, adicionalmente, as taxas de atractividade líquidas positivas apresentaram valores absolutos significativamente mais baixos que as taxas negativas. De facto, apenas Constância, Ovar e Oliveira de Frades observaram entradas médias líquidas de trabalhadores superiores a 0,5% do efectivo empregado por conta de outrem nos respectivos municípios. Em vinte municípios foram registadas taxas médias de atractividade líquida negativas inferiores a -1,26% (simétrico do máximo atingido pelo indicador em questão), tendo este valor mais que duplicado em Tondela, Pampilhosa da Serra e Entroncamento. Com perdas líquidas de trabalhadores igualmente importantes encontravam-se os municípios de Coimbra (-2,4%) e Mação (-2,3%).

Figura 16: Taxa Média de Atractividade Líquida, no período 2004 a 2007



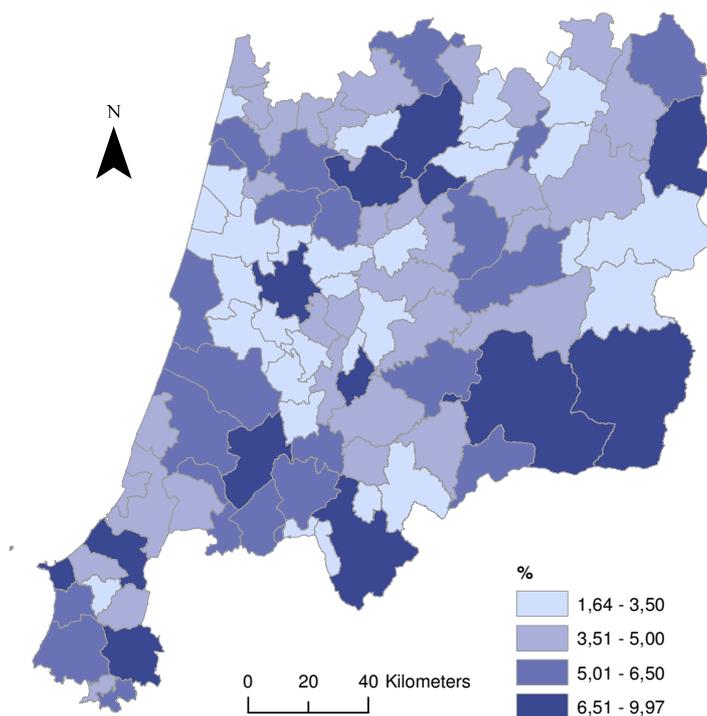
Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

Um facto curioso assistiu-se no município de Trancoso que evidenciou uma taxa de atractividade líquida nula, ou seja, no período em análise e em termos médios, este município atraiu e repeliu idêntico número de trabalhadores. Refira-se, no entanto que, em termos anuais, se denotou um aumento contínuo ao nível da saída de trabalhadores, não se verificando o mesmo nas entradas. Outros municípios onde, em termos líquidos, não foram visíveis traços de repulsão ou atracção evidentes foram Óbidos, Ourém, Sabugal, Sobral de Monte Agraço, Oliveira do Bairro, Almeida e Lousã.

Uma outra dimensão importante a ter em conta no estudo da mobilidade laboral relaciona-se com as alterações ocorridas nos postos de trabalho dentro de cada município, as quais não são consideradas como mobilidade geográfica, mas permitem aferir do dinamismo intrínseco aos diferentes territórios. Assim, na figura 17 retrata-se a mobilidade intramunicipal média no período em análise. Esta evidencia a inexistência de um padrão territorial diferenciado no que respeita à proporção de trabalhadores que, embora mantendo-se no mesmo município, sofreu alguma alteração ao nível do empregador e/ou da localização do estabelecimento onde prestava serviços. De facto, os municípios que revelaram algum dinamismo interno encontram-se quer nas sub-regiões do Pinhal Litoral, Oeste e Médio Tejo, caracterizadas por maiores densidades populacional e económica, quer em sub-regiões com características inversas, como a Beira Interior Sul (onde em Idanha-a-Nova foi atingido o valor máximo do indicador em questão), o Dão-Lafões e a Beira Interior Norte.

Desta forma, foi nos municípios de Idanha-a-Nova (como já referido), Nelas, Caldas da Rainha, Coimbra e Abrantes que se observaram proporcionalmente mais alterações no local de trabalho dentro do próprio município (acima de 7%). No extremo oposto, encontravam-se Vila Nova da Barquinha, Constância, Belmonte, Murtosa, Penela e Vouzela (abaixo de 2,5%). Repare-se como estes municípios estão dispersos por quase metade das sub-regiões que compõem a Região Centro. Outro aspecto a adicionar à variabilidade do fenómeno diz respeito à gama de valores assumida pelo indicador que, como se verifica pela figura 17, é bastante discrepante.

Figura 17: Taxa Média de Mobilidade Relativa Intramunicipal, no período 2004 a 2007



Fonte: cálculos próprios a partir de SILEET

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da mobilidade laboral na Região Centro permitiu perceber de que forma os territórios vivenciam os processos de ajustamento do mercado de trabalho. Do estudo desenvolvido emergem, em traços gerais, as seguintes conclusões:

- A **mobilidade institucional** foi, entre 2004 e 2008, um fenómeno mais ténue na Região Centro que no país, tendo afectado apenas 10% dos trabalhadores por conta de outrem.
- Tendencialmente, foram as sub-regiões do litoral, com maior peso populacional e económico, que evidenciaram maior dinâmica laboral apesar de, a nível municipal, este predomínio não ter sido tão evidente, verificando-se mesmo alguma dispersão territorial.
- A maioria da mobilidade institucional foi provocada pela alteração da entidade empregadora, tendo-se observado uma tendência de maior concentração relativa nas sub-regiões do litoral.

- Nas mudanças institucionais que decorreram da alteração de estabelecimento do trabalhador, sem modificação do respectivo empregador não foi possível detectar um padrão territorial, estando o fenómeno globalmente distribuído pela região.
- Já no que respeita às situações de inexistência de mobilidade institucional foi possível identificar a interioridade do fenómeno.
- A análise da **mobilidade geográfica** dos trabalhadores da Região Centro permitiu concluir que, entre 2004 e 2007, a Região Centro se assumiu, em termos líquidos, como um território repulsivo, sucedendo o mesmo com todas as sub-regiões e com a maioria dos municípios que a integravam. Os poucos municípios com capacidade de atracção líquida encontravam-se pontualmente dispersos por toda a região.
- As sub-regiões com as taxas de atracção mais elevadas foram também as que apresentaram as mais elevadas taxas de repulsão (nomeadamente, o Médio Tejo, o Oeste e o Baixo Mondego). Este fenómeno ocorreu igualmente a nível municipal, evidenciando cada vez mais territórios com semelhante preponderância nos movimentos de troca e não apenas com fluxos significativos num único sentido.
- A análise da mobilidade geográfica entre pares de municípios permitiu detectar uma lógica de proximidade na mobilidade dos trabalhadores, sobretudo no caso dos municípios sede de distrito ou de grandes centros populacionais face aos municípios limítrofes, os quais funcionavam quer como pólos de atracção, quer como pólos de repulsão de trabalhadores, formando-se no território regional várias “coroas”. Na vertente das saídas foi igualmente visível o poder de atracção exercido pelo município de Lisboa, quebrando-se aqui a lógica da proximidade e da contiguidade dos municípios.

## 7. BIBLIOGRAFIA

INE (2009), *Retrato Territorial de Portugal 2007*, pp. 100-111.

GEP/MTSS (2010), Mobilidade dos Trabalhadores em Portugal 2006-2008, *Estatísticas em Síntese*, Julho de 2010.

PEREIRA, João (2007), Mobilidade geográfica e distância da deslocação em Portugal, *Notas Económicas*, n.º 25, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Junho de 2007, pp. 42-58.

PEIXOTO, João (1994), Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 - Uma análise dos dados censitários, INE, Gabinete de Estudos Demográficos, policop.

PEIXOTO, João (1998), Selectividade migratória e dinâmicas regionais: as migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80, *Revista de Estatística*, Instituto Nacional de Estatística, 3º quadrimestre de 1998, pp. 73-112.

PEIXOTO, João; OLIVEIRA, Cristina (2001); Migrações inter-regionais em Portugal Continental, 1992-1999, *Revista de Estudos Regionais*, n.º 2, Instituto Nacional de Estatística, 1º semestre de 2001.

RODRIGUES, Duarte; OLIVEIRA, Cristina (2001); Mobilidade e território da Região de Lisboa e Vale do Tejo: pistas para uma análise integrada, *Revista de Estudos Regionais*, n.º 3, Instituto Nacional de Estatística, 2º semestre de 2001.

SALEIRO, Emília; CAMPOS, Pedro (1994), As migrações internas na Região Norte, *Estatísticas e Estudos Regionais*, Instituto Nacional de Estatística.

TOLDA, João (2007); Quadros de pessoal e imigração: uma análise crítica, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, n.º 9, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, pp. 69-83.

